

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Daiane Netto*
daiane.netto2@gmail.com
Glauco Schultz**
glauco.schultz@ufrgs.br

RESUMO

A trajetória da educação do campo não é linear. Após inúmeras pausas e percalços, na década de 1990, os movimentos sociais, juntamente com outras organizações e apoio de universidades, voltam a se articular na luta pela educação de qualidade para o meio rural. Desde então, diversas ações foram promovidas, dentre elas, em 2002 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (DOBEC). A educação, além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, por meio do pensamento crítico, pode promover a ressignificação do espaço rural, fortalecendo seu desenvolvimento. Assim, o objetivo deste estudo é realizar reflexões a partir da análise da produção textual brasileira sobre a educação do campo, após a aprovação das DOBEC, e a sua relação com o desenvolvimento rural. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática dos artigos disponíveis no portal de periódicos da Capes. Foram encontrados 88 artigos a partir da busca com as palavras-chave: “Educação do Campo”, “Educação Rural” e “Desenvolvimento Rural”, destes, foram selecionados 33 para a análise. Nota-se certa convergência nos estudos abordados, que transitam entre a constituição da Educação do Campo como direito, suas contradições, a necessidade de desenvolver projetos e políticas públicas específicas para cada realidade rural, o papel do professor e de sua compreensão do espaço rural e a importância da educação e da escola na promoção do desenvolvimento rural e sustentável.

Palavras-chave: educação rural; desenvolvimento local; revisão bibliográfica.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da educação do campo sempre esteve ligada à luta dos movimentos sociais, que buscaram mudanças no formato de educação praticada no meio rural e um modelo de educação de qualidade e contextualizada para o campo. Assim o Movimento pela Educação do Campo se vincula à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize suas diversidades (MOLINA; FREITAS, 2011).

Os movimentos sociais do campo reivindicam uma escola que dialogue com os projetos de emancipação dos trabalhadores do campo. Além disso, buscam a ressignificação do espaço rural, tratando-se de reinventar a relação campo-cidade e abandonar a perspectiva de subordinação do campo pela cidade, bem como a ideia de esvaziamento do espaço rural (GUEDES; SILVEIRA; SANTOS, 2015).

* Química Industrial, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e graduanda de Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IQ/UFRGS), Brasil.

** Professor doutor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Brasil.

Nas últimas décadas acumularam-se importantes instrumentos de garantia ao direito a educação do campo, dentre eles as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (DOBEC) de 2002, o Parecer nº1/2006 que reconhece os dias de alternância também como letivos e o Decreto nº 7.352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (MOLINA; FREITAS, 2011).

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a produção textual sobre a Educação do Campo, publicada no Portal de Periódicos da Capes, e se essa produção relaciona a educação do campo com o desenvolvimento rural, após as DOBEC. A análise é realizada através de uma revisão sistemática do conteúdo tratado nos artigos.

2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste estudo considera-se o termo “Educação do Campo”¹ como um modelo de educação pensada para promover a democracia, a cidadania e emancipação humana, e, como pano de fundo, a superação das desigualdades sociais (MUNARIM et al., 2011). Além disso, na educação do campo, nota-se facilmente o vínculo com o trabalho, ele é elemento da relação da escola com a realidade. Trata-se de estabelecer a relação entre trabalho e ciência, vida escolar e vida social (PISTRAK, 2003).

A educação do campo tem um significado que abrange os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao expandir o conceito para os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. Assim, o campo é mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). E, não somente a escola, mas todas as iniciativas educacionais do campo refletem sua amplitude e demonstram como os projetos de educação podem contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento do território (CHAVES e FOSCHIERA, 2014).

Assim como Goulart e Previtali (2015), para este trabalho considera-se o conceito de desenvolvimento como:

[...] um processo integrado de ações complementares entre si que resultam em um conjunto de melhorias nos aspectos econômico financeiro, social, cultural, político,

¹ Não foi foco deste estudo discutir e diferenciar os conceitos de Educação Rural, Educação do Campo ou no Campo.

filosófico e de autonomia no pensar e agir – (...) – que permita o crescimento e o desenvolvimento efetivo do ser humano, em seu espaço e contexto e vá além do aspecto puramente econômico (GOULART; PREVITALI, 2015, p. 94).

Desta forma, o modelo de desenvolvimento apropriado para as populações do campo é aquele que procura reconhecer a qualidade de vida das famílias e dos indivíduos. A partir deste conceito, Gentil e Machado (2015) explicam que as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002, são pautadas em uma educação pensada a partir do contexto dos sujeitos do campo, que pertencem à classe trabalhadora. Esse contexto socioeconômico e cultural possui um projeto de sociedade que se opõe ao modelo capitalista de desenvolvimento, e, assim, acreditam em uma escola com a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, buscando relacionar o desenvolvimento pessoal com o social e econômico.

Além disso, conforme Caldart (2011) e Fernandes (2011), a educação, além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, proporciona a aprendizagem e formação do pensamento crítico em relação a diversos assuntos, contribuindo para a resignificação do espaço rural. A escola é parte importante das estratégias para o desenvolvimento rural, desde que possua um projeto educativo contextualizado, que trabalhe questões relevantes para intervenção social nesta realidade.

Assim, a relação entre educação e desenvolvimento é fundamental para que se visualize e constitua a interface entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado, não importando a abrangência do território. Essa relação entre educação e desenvolvimento é fortalecida por ações do Estado e estas ações alinhadas e fortalecidas mutuamente (HADDAD, 2008). É importante entender que a escola do campo, por si só, não concretiza o desenvolvimento rural, porém sem ela esse modelo de desenvolvimento não se dá de forma sustentável (SILVA, 2004).

3 METODOLOGIA

A pesquisa de revisão sistemática utiliza a literatura sobre determinado tema como fonte de dados (GIL, 2007). Os estudos de revisão são importantes para sintetizar as informações de um conjunto de publicações, tendo em vista o crescimento acelerado da produção científica, podem fornecer parâmetros e quantificar a produção de determinada área. Podem ainda contribuir indicando os rumos de futuros projetos de pesquisa ou os métodos mais utilizados em determinada área de conhecimento (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Conforme a metodologia proposta por Sampaio e Mancini (2007), o processo de elaboração de um estudo de revisão sistemática é dividido em etapas. Primeiramente definiu-se o Portal de Periódicos da Capes como base de dados secundários para a pesquisa, pois o mesmo possui mais de 38 mil trabalhos com texto completo e 123 bases referenciais. As buscas foram realizadas com o uso da *Proxy* da UFRGS no dia 27 de outubro de 2016. Foi realizado um recorte temporal, de modo que se incluiu no estudo apenas os artigos publicados a partir do ano de 2001, após a divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

As palavras-chave utilizadas na busca avançada, na língua portuguesa, foram: “Educação do Campo”, “Educação Rural” e “Desenvolvimento Rural” (no título, resumo e palavras-chave). Selecionaram-se apenas artigos revisados por pares, não foram incluídos resumos de capítulos de livros, apresentações de revistas, resumos de dissertações e os artigos que apareceram em duplicidade na pesquisa.

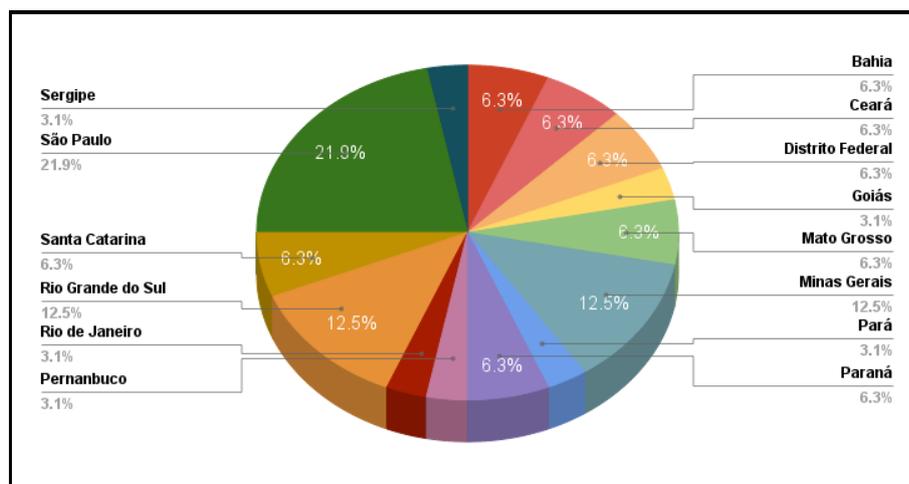
A escolha das palavras-chave é justificada pelo interesse de compreender como, e se, os autores tem relacionado a educação do meio rural ao seu processo de desenvolvimento. Ao definir esse procedimento, encontrou-se 88 trabalhos, destes, foram selecionados 33 para a análise. Ressalta-se que pode haver alguma alteração no número de artigos publicados no ano de 2016 devido a data em que a busca foi realizada.

4 RESULTADOS

Dentre os artigos analisados observou-se que ocorreu a elaboração por apenas um autor em 17 dos artigos e 16 foram publicados em co-autoria, geralmente entre 2 autores. Os estudos foram publicados em 24 periódicos diferentes, destacando-se maior frequência para a Revista Educação e Revista Nera, com 4 artigos publicados em cada uma delas no período e na temática analisados, seguidas pela Revista Educação & Pesquisa com 3 publicações.

Além disso, buscou-se identificar o percentual de publicações por estado no país. Destaca-se o estado de São Paulo com o maior número de publicações, sendo 21% (7 artigos), seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais com 12% cada um, equivalente a 4 publicações cada, conforme a Figura 1. É importante destacar que em um dos artigos publicados o vínculo do autor é com a Escola Superior de Educação Portalegre, de Portugal.

Figura 1 – Percentual de publicações por estado.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016)

Outro dado bibliométrico analisado foi a classificação dos periódicos, demonstrada no Quadro 1:

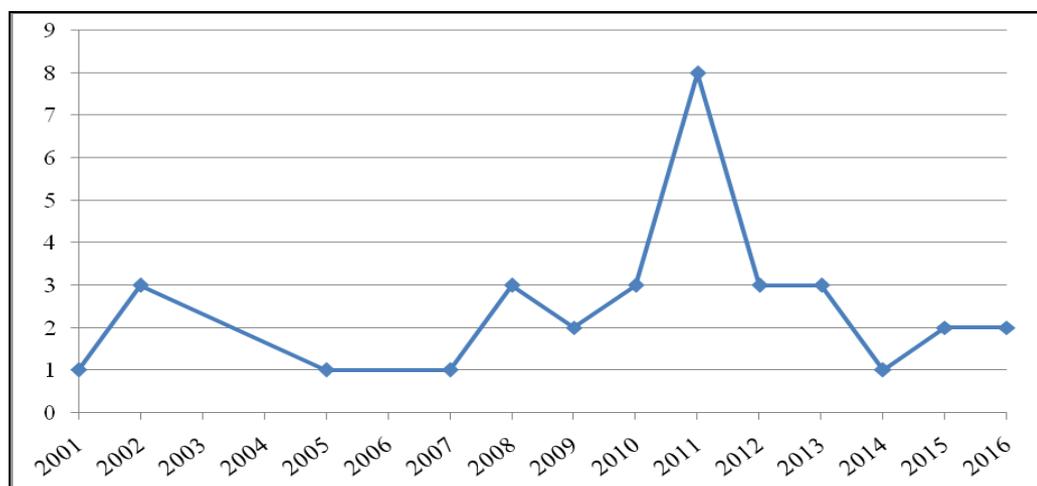
Quadro 1 – Classificação dos Periódicos

Classificação do Periódico	Quantidade de Artigos	Percentual
A1	7	21,2%
A2	1	3,0%
B1	8	24,2%
B2	8	24,2%
B3	3	9,1%
B4	1	3,0%
B5	2	6,1%
Não Identificado	3	9,1%

Do total dos 33 artigos analisados, identificou-se que 24% deles possui classificação A, para áreas de Ensino, Educação ou Interdisciplinar, sendo 21% com classificação A1 e 3% com classificação A2, representando 8 artigos. Dentre os demais 25 artigos, 67% estão na classificação B para áreas diversas: Ensino, Educação, Interdisciplinar, Sociologia, Ciências Sociais Aplicadas, História e Geografia. Dos artigos classificados com Qualis B, 24% são de revistas B1, 24% de revistas B2, 9% de revistas B3, 3% de revistas B4 e 6% de revistas B5. Algumas revistas não possuem identificação de Qualis, num total de 3 revistas, correspondendo a 9% do total.

Os artigos foram organizados em ordem cronológica e a Figura 2 demonstra a evolução anual das publicações:

Figura 2 – Evolução cronológica das publicações.



Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016)

Devido ao recorte de tempo realizado, as publicações iniciam em 2001 e vão até o ano de 2016, com destaque para o crescimento no ano de 2011, com 8 publicações. Nota-se uma evolução ou então o número de publicações se mantêm constante ao longo do tempo. De 2011 a 2016 observa-se 58% da quantidade total de publicações sobre o tema.

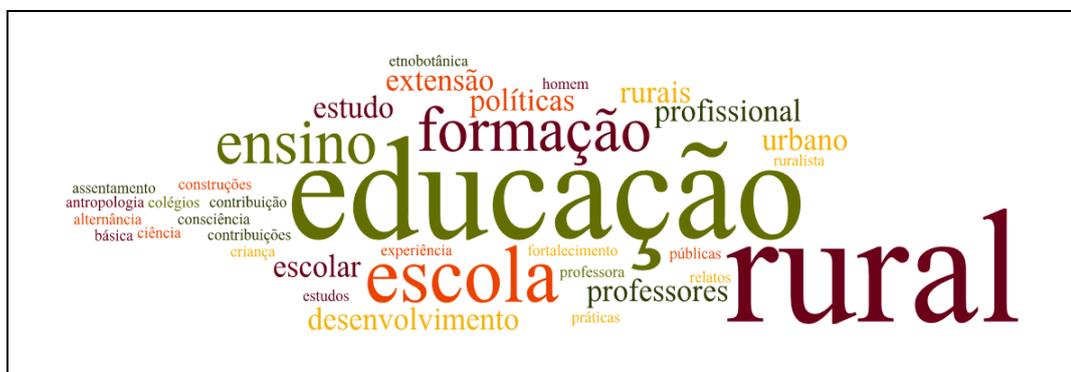
Referente às metodologias escolhidas pelos autores dos 33 artigos analisados, elaborou-se uma classificação, apresentada no Quadro 2:

Quadro 2 – Metodologias utilizadas nos estudos

Quanto à Natureza	Quanto aos objetivos	Quanto aos meios	Quantidade
Qualitativa	Descritiva e Exploratória	Questionários e entrevistas	3
	Descritiva e Exploratória	Etnografia	1
	Descritiva	Bibliográfica e Discussão Teórica	11
	Descritiva	Estudo de Caso	4
	Descritiva	Reflexão teórica	3
	Descritiva	História Oral	2
	Exploratória	Atividades práticas, Oficinas	2
	Exploratória	Revisão da Literatura	4
	Exploratória	Estudo de Caso	2
Qualitativa e Quantitativa	Exploratória	Modelo <i>Próbite</i>	1

Além disso, buscando analisar as diferentes temáticas abordadas nos artigos, a ferramenta online *Wordle* possibilitou a elaboração da Figura 3:

Figura 3 – Principais palavras utilizadas nos títulos dos artigos analisados.



Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016)

A Figura 3 demonstra as 35 palavras mais utilizadas nos títulos dos artigos analisados. O tamanho da palavra é proporcional ao número de vezes que ela foi utilizada. Embora se note algumas palavras com maior predominância, várias outras são utilizadas, o que demonstra a diversidade das temáticas abordadas.

Dentre os artigos analisados, o primeiro foi publicado em 2001 com o título de: Educação e participação dos atores sociais no desenvolvimento de modelo de gestão de lixo em zona rural em Minas Gerais, no periódico Educação & Sociedade, por Maria Flávia Gazzinelli, Andreia Lopes, Wesley Pereira e Andréa Gazzinelli. O único artigo publicado no ano de 2001 abordou uma experiência de educação e gestão ambiental com a participação de professores, alunos e moradores em uma localidade rural no estado de Minas Gerais.

O trabalho de Gentil e Machado (2015) apresentou o percurso de constituição da educação do campo em assentamentos rurais, explicitando a conexão entre os processos educativos e o desenvolvimento social para os sujeitos do campo. Os resultados apontam para uma extrapolação da educação do campo, que vai além da escola, abrangendo especificidades locais, reconhecimento da diversidade de saberes, bem como a relação entre trabalho e educação.

Motta Pires (2013) também abordou a temática da constituição da educação do campo, mas de forma a questionar se o processo vem ocorrendo de forma democrática ou não. A autora propõe que deve haver articulação entre Estado e sociedade civil para viabilizar as condições políticas, bem como as decisões tomadas de forma coletiva devem ser consideradas para que a educação do campo se construa de forma democrática.

Já no trabalho de Queiroz (2011), o autor traz o papel fundamental das escolas do campo para a construção da educação do campo no Brasil, assim como a importância da

presença de temas como desenvolvimento sustentável e cidadania nos Projetos Políticos e Pedagógicos destas escolas. Porém, Oliveira e Gómez (2014) fazem uma crítica a esses processos de construção de modelos de educação, colocando-os em dúvida quando afirma que a educação do campo tem se distanciado de seus objetivos iniciais e da realidade dos sujeitos do campo, sendo utilizada como um *slogan* de interesses do capital.

Gritti (2008) também questiona a formação dos técnicos em agropecuária, discute a educação profissional para os trabalhadores do campo, vinculando esta aos interesses e necessidades do desenvolvimento econômico hegemônico do capitalismo para a agricultura. Abordando uma temática diferente, Mota (2010) apresenta a experiência do Grupo Escolar do Butantan, de São Paulo, nos anos 1930. O grupo chamou a atenção das autoridades da época por relacionar assuntos do campo à educação sanitária, sendo uma das únicas escolas com o tema rural em seu projeto pedagógico.

Partindo da conferência do I Encontro de Educação para o Campesinato em Goiás, em 2010, Fernandes (2011) realizou uma reflexão relacionando suas experiências com as falas da Conferência para elaborar caminhos e perspectivas para a construção de projetos de educação pelos camponeses. Munarim, Oliveira, Beltrame e Peixer (2011) realizaram uma reflexão sobre a análise dos primeiros resultados após a implementação de políticas públicas e práticas educativas do campo no estado de Santa Catarina, onde o processo já ocorre há 10 anos.

Também abordando a análise de políticas públicas, Goulart e Previtali (2015) problematizam a execução do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, Saberes de Minas frente as transformações ocorridas no meio rural. Menezes (2009) trata da temática do êxodo rural dos jovens em busca de educação de qualidade em contraponto às políticas públicas de incentivo a permanência no campo. A autora ressalta que o desenvolvimento rural deve ser promovido e que é um direito do cidadão rural ter acesso à educação de qualidade em seu espaço de origem, isso para que os jovens não precisem optar entre trabalho rural ou educação.

Ainda com relação às políticas públicas, Bezerra e Rosito (2011) investigaram representações docentes que atuam em escolas de educação básica no semiárido nordestino, onde se desenvolveu uma política municipal de educação. A partir da análise, as autoras concluíram que a política não tem se mostrado efetiva para garantir a educação e o desenvolvimento social da região.

Fonseca (2016) analisou as ações de segmentos ligados às escolas em duas cidades de Minas Gerais. O autor realizou a comparação entre elas para enfatizar que as diferenças entre os dois municípios permitem destacar o papel da educação pela sua capacidade de ampliar a

circulação de sujeitos marginalizados pela sociedade. Corrêa e Hage (2011) também trataram de especificidades locais. Os autores analisaram a realidade educacional e social do campo no estado do Pará considerando a multiterritorialidade rural amazônica, apresentando referências para elaboração e implementação de políticas e práticas educacionais pautadas no diálogo e superação das hierarquias e desigualdades.

Da mesma forma, Santos (2011) abordou o caso das escolas rurais da região do cacau, na Bahia, para tratar a viabilização do desenvolvimento sustentável ou comunitário pela educação oferecida por escolas do campo com metodologias diferenciadas. Pontili e Kassouf (2007) analisaram a influência de variáveis relacionadas a características pessoais e familiares de crianças, bem como a infraestrutura das escolas e a influência dessas variáveis na frequência escolar. As autoras destacam que os indicadores da área rural são mais precários e merecem maior atenção das políticas públicas.

Abordando os desafios colocados para a formação de professores de geografia em escolas do campo, Oliveira (2010) determina que as mudanças educacionais no campo brasileiro exigem a leitura e confrontação de dois projetos que não são conciliáveis: o oficial e o popular. Martins-Salandim e Garnica (2010) abordam a formação de professores de matemática e suas práticas de ensino em Escolas Técnicas Agrícolas e explicitam a marginalização destes professores frente aos que se dedicam às áreas técnicas.

Beltrame (2002) também abordou a formação dos professores das escolas de assentamentos organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A autora explica que a partir de práticas metodológicas diferenciadas, os professores reelaboram o espaço da escola no meio rural, criando outros compromissos que transformam suas atividades docentes, ampliando o aprendizado e as relações solidárias no campo. Ribeiro (2008) abordou a educação rural/do campo gestada pelos movimentos sociais. A autora coloca que a Pedagogia da Alternância pode apontar para uma nova relação trabalho-educação, com base na cooperação e autogestão de projetos educativos.

Abordando a relação com o trabalho, as autoras Gonçalves e Silva (2011) o destacaram como princípio educativo norteador do desenvolvimento sustentável do campo. O estudo abarcou o trabalho como princípio educativo, o desenvolvimento do ensino agrícola e a escolarização defendida pelos movimentos sociais do campo. Souza (2012b) realizou uma reflexão sobre os camponeses que participaram do Movimento Educação de Base, suas experiências escolares, avaliando os preceitos de educação rural, cívica e de adultos.

A autora Diniz (2003) relatou a experiência de professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú em um projeto de educação de jovens e adultos em assentamentos rurais. O

estudo evidenciou a importância de programas de educação voltados para atender as necessidades específicas da população do campo, buscando processos participativos que contribuam para o desenvolvimento popular e democrático no campo. Souza (2012a) relatou a experiência de um professor de história que atuou em escolas rurais de Novo Hamburgo/RS.

Chôa et al. (2012) apresentam como ideia central do trabalho os descompassos entre a formação dos profissionais das ciências agrárias e a realidade do meio rural. Valente (2005) aborda o tema da extensão rural, resgatando seu histórico como campo epistemológico definido, compara as concepções de algumas escolas de pensamento e, por fim, aborda a questão das fronteiras entre os campos do saber.

Lucca e Brum (2010) abordam a temática da educação ambiental e como transformar os produtores rurais em educadores ambientais, através de uma revisão bibliográfica. Já Kovalski e Obara (2013) priorizaram a valorização do conhecimento popular dos alunos, indicam que as metodologias participativas permitem romper com o ensino tradicional e viabilizam uma prática problematizadora, através do estudo das plantas medicinais. Maio e Lima (2009) analisaram as relações entre ciências sociais e saúde pública no Brasil. As autoras colocam os cientistas sociais com papel central no planejamento das ações administrativas voltadas para a população rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo panorama das publicações relacionadas à educação do campo e desenvolvimento rural verificou-se que a constituição da educação do campo é tema recorrente, muitas vezes abordado em conjunto com as políticas públicas, com a formação de professores para o campo e a relação das práticas educacionais com o trabalho. Alguns autores realizaram questionamentos quanto à constituição desse processo, se ele tem sido democrático e sua proximidade ou distanciamento com a realidade rural.

Sobre essa temática, o levantamento quantitativo realizado identificou 88 trabalhos publicados, a partir das palavras-chave escolhidas, por meio do Portal de Periódicos da Capes, evidenciando-se alguns resultados. O primeiro artigo analisado que relaciona os temas foi publicado em 2001, e partir daí as publicações se mantiveram constante e pouco aumentaram nos anos seguintes. Ressalta-se que o ano de 2011 teve o maior pico de publicações (oito), e grande parte dos estudos foi publicada em periódicos com classificação de Qualis B.

A síntese dos estudos demonstra uma preocupação crescente com o desenvolvimento sustentável e a importância de programas governamentais para atender as necessidades específicas da educação do campo. Necessita-se desenvolver estudos específicos em cada localidade para analisar quais seriam as ações particulares para atender as características locais, buscando processos participativos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social do campo.

Outra consideração importante se refere à formação dos professores que atuam na educação do campo. Os autores que trataram deste tema problematizaram principalmente o descompasso entre os projetos de formação e a realidade encontrada. A tarefa nem sempre é fácil e, como destacam Molina e Freitas (2011) o Movimento da Educação do Campo deixa clara a importância do educador ser capaz de entender as contradições sociais e econômicas que os atores do meio rural enfrentam, além disso, ele deve ter a capacidade de construir práticas educativas que possibilitem o enfrentamento e superação dessas contradições.

Embora se perceba certa convergência nos estudos abordados, que transitam entre a constituição da Educação do Campo como direito, suas contradições, a necessidade de desenvolver projetos e políticas públicas específicas para cada realidade rural, a importância do papel do professor e de sua compreensão do espaço rural, poucos autores destacam a importância da educação e da escola na promoção do desenvolvimento rural ou sustentável.

A pesquisa apresentou algumas limitações como a utilização de apenas uma base de dados para a busca de artigos por palavras-chave. No entanto, destaca-se a importância de fornecer um parâmetro e apresentar algumas lacunas em relação aos estudos que relacionam a educação do campo com o seu desenvolvimento. Para estudos futuros sugere-se ampliar a pesquisa para outras bases de dados, com a inserção de outras palavras-chave relacionadas à esta temática.

FIELD EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT

The trajectory taken by field education is not linear. After many pauses and obstacles, in the 90's the social movements together with other organizations and universities support put back in discussion the fight of quality of education in the rural. Ever since, several actions were promoted, among them are, the Operational Guidelines for the Basic Education in the Field Schools (DOEBEC), in 2001, by the National Council of Education. The education, besides building knowledge and contributing for personal development through the critic thought, can also make the rural area strong by promoting your re-signification. Thus, the aim of this study is accomplish reflections from the analyze of Brazilian textual production of rural education, after the DOEBEC approvals, and

your relation with rural development. For this, a systematic review of the articles available in Capes Periodical Portal was made. Resulting in 88 articles found through the keywords: “Field Education”, “Rural Education”, and “Rural Development”, being selected 33 for analysis. There was a certain convergence in the studies, which transpose between the constitution of Field Education as a right, its contradictions, the need to develop projects and specific public policies for each rural reality, the role of the teacher and her understanding of rural and the importance of education and school in promoting rural or sustainable development.

Keywords: rural education; local development; literature review.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Por uma educação do campo Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 nov. 2010. Seção 1, p. 1.

BELTRAME, S. A. B. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2002.

BEZERRA, A. A. C.; ROSITO, M. M. B. Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 165-190, jan./mar. 2011.

CALDART, R. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salette Caldart, Monica Castagna Molina (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHAVES, K. M. da S., FOSCHIERA, A. A. Práticas de Educação do Campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural e Escola Itinerante. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 2, p. 76-94, dez. 2014.

CHÔA, F. L.; OLIVEIRA, A. L. A. PEREIRA, R. M. RIBEIRO, L. F. C.; ROBOREDO, D. Extensão universitária nos assentamentos Jacaminho e Igarapé do Bruno: novos saberes e implementação de SAF's e construções alternativas na Amazônia Meridional. **Revista Conexão**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 284-299, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 1, de 2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Diário Oficial da União, DF, 15 mar. 2006.

CORRÊA, S. R. M.; HAGE, S. A. M. Amazônia: a urgência e a necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 18, p. 79-105, jan./jun. 2011.

DINIZ, A. S. Pronera/Sobral: relatos de uma experiência. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 4/5, p. 115-129, 2002/2003.

FERNANDES, B. M. Educação do campo e o desenvolvimento territorial rural. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 18, p. 125-135, jan./jun. 2011.

FONSECA, M. V. A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana na primeira metade do século 19. **Hist. Educa. [online]**, Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 193-212, jan./abr. 2016.

GAZIANELLI, M. F.; LOPES, A.; PEREIRA, W.; GAZIANELLI, A. Educação e participação dos atores sociais no desenvolvimento de modelo de gestão de lixo em zona rural em Minas Gerais. **Educação e Sociedade [online]**, v. 22, n. 74, p. 225-241, 2001.

GENTIL, H. S.; MACHADO, I. L. A configuração da educação do campo em dois assentamentos rurais em Mato Grosso. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 155-168, jan./abr. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOULART, F. M.; PREVITALI, F. S. Educação e Desenvolvimento Rural: Projovem campo – saberes da terra no contexto do PDE 2007. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v.1, n.2, p. 93-106, mai./ago. 2015.

GONÇALVES, M. A.; SILVA, M. A. Trabalho e educação: o ensino profissional e o desenvolvimento rural. **Roteiro**, Joaçaba, n. 1, p 187-206, jan./jun. 2011.

GRITTI, S. M. Educação profissional rural: formação técnica. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 127-140, jan./abr. 2008.

GUEDES, A. C.; SILVEIRA, P. R. C.; SANTOS, V. F. Da escola no campo à escola do campo: superando as velhas institucionalidades. In: GUIMARÃES, G. M. et al. (Orgs.). **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. 400 p.

HADDAD, F. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: INEP, 2008.

KOVALSKI, M. L.; OBARA, A. T. O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 19, n. 4, p. 911-927, 2013.

LUCCA, E. J.; BRUM, A. L. Educação ambiental: como implantá-la no meio rural? **RAIMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 33-42, 2013.

MAIO, M. C.; LIMA, N. T. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 529-561, set. 2009.

MARTINS-SALADIM, M. E; GARNICA, A. V. M. Escolas Técnicas Agrícolas: um estudo sobre ensino de matemática e formação de professores. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 16 n. 1, p. 235-258, 2010.

MENEZES, I. G. Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, v. 3, n. 1, p. 24-38, mai. 2009.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOTA, A. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Butantan em 1930. **Interface Comunicação Saúde Educação**, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 9-22, jan./mar. 2010.

MOTTA PIRES, A. M. M. A educação do campo: um processo de construção? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 413-424, jul./dez. 2013.

MUNARIM, A.; OLIVEIRA, M.; BELTRAME, S. A. B.; PEIXER, A. I. Educação do campo em Santa Catarina: um processo em construção. **RBPG**, Brasília, supl.1, v. 18, p. 207-229, dez. 2011.

OLIVEIRA, A. M. Construindo saberes e conhecimento geográficos com professores em serviço nas escolas do campo. **B.goiano.geogr.**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 99-111, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, M. E. B.; GÓMEZ, J. R. M. A educação do campo no contexto do modelo de desenvolvimento rural no Brasil: o princípio educativo do trabalho como alternativa. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p. 171-207, jul. 2014.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

PONTILI, R. M.; KASSOUF, A. L. Fatores que afetam a frequência e o atraso escolar, nos meios urbano e rural, de São Paulo e Pernambuco. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 27-47, jan./mar. 2007.

QUEIROZ, J. B. P. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, M. Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2008.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. N. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, A. S. Educação e Desenvolvimento: os casos das escolas rurais da região do cacau – Bahia – Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v.18, n. 9, p. 52-67, jan./abr. 2011.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**, 2004. Disponível em http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf). Acesso em: 18/11/2016.

SOUZA, J. E. Trajetória, docência e memórias de uma professora: fragmentos do ensino rural em Novo Hamburgo /RS 1940-1969. **Revista.hist.edu.latinoam.**, v. 14, n. 18, p. 265-280, jan./jun. 2012a.

SOUZA, C. M. Uma escola para homem rural: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 515-529, abr./jun. 2012.

VALENTE, A. L. E. F. O ensino na interface da antropologia e da educação: um caso de Extensão Rural. **Educação**, v. 56, n. 2, p. 227-241, mai./ago. 2005.

Recebido em 06 de março de 2017. Aprovado em 24 de março de 2017.